

I CONGRESSO

DA JUVENTUDE UNIVERSITÁRIA CATÓLICA



BOLETIM DE INFORMAÇÃO N.º 5

Notícias

O «livro do congressista», pequeno memorial do Congresso a que todos os congressistas têm direito, será publicado em Outubro deste ano, por se ter verificado ser impossível estar pronto antes da próxima época de exames.

...

A fim de satisfazer o desejo que os congressistas e muitas outras pessoas manifestaram de possuir o mais rapidamente possível o texto completo das «conclusões e votos» do Congresso, são estas publicadas integralmente no presente número do Boletim de informação.

...

No princípio do ano lectivo de 1953-54, serão também publicados os dois volumes prometidos das «Actas do Congresso»: o primeiro, contendo as teses, comunicações e relatos teóricos; o segundo, os relatos de exame da situação universitária actual, os dados dos inquéritos e o mapa universitário. Ainda não está fixado o preço destes volumes.

...

Mereceu os maiores elogios e o maior interesse a muitos professores universitários o trabalho dos inquéritos do Congresso. Alguns sugeriram que tais inquéritos passassem a realizar-se periodicamente. Não poucos têm pedido colecções completas dos mapas de resultados.

...

Há notícia de que vários professores catedráticos portugueses se propõem modificar, já no ano lectivo de 1953-54, o regime das suas relações com os alunos, transformando, no todo ou em parte, as aulas magistrais em aulas de colaboração entre o mestre e os estudantes.

...

Toda a Imprensa portuguesa se referiu largamente ao Congresso. Além de extensas notícias e reportagens, foram publicadas 6 entrevistas e um número elevado de artigos de comentários, alguns dos quais «de fundo».

UNIVERSIDADE E UNIVERSITÁRIO

Fez-se o Congresso da J. U. C.. E ninguém poderá dizer com verdade que ele não foi o que pretendia ser ou não realizou o que prometera.

Queria ser «uma grande reunião geral de universitários católicos» — e os universitários católicos acorreram em massa.

Queria ser «uma grande reunião de ideias» — e foram na verdade as ideias, corajosa e claramente formuladas, que o dominaram, e não os sentimentos flutuantes ou as paixões tumultuárias.

Queria «estudar o que a Universidade deve ser» — e conseguiu efectivamente encontrar e desenvolver um conceito integral de Universidade, uma teoria completa do ensino superior.

Queria «estudar o que a Universidade é actualmente» — e pôde, de facto, realizar um exame objectivo, meticoloso e profundo da situação universitária portuguesa em todos os aspectos, através de inquéritos e testemunhos que alguém com indiscutível autoridade classificou publicamente de «inestimável serviço prestado ao País, sem paralelo frequente mesmo nas mais adiantadas nações estrangeiras».

Queria «despertar a consciência universitária dos estudantes» — e não há dúvida que tal propósito se reflectiu na Imprensa, tudo provou no Congresso — as comunicações numerosas, a correcção dos debates nas reuniões parciais, o mesmo número dos que assistiram — «o despertar viril duma consciência universitária discente».

Queria, enfim, «procurar uma linha de orientação» para uma acção renovadora da Universidade — e foi realmente capaz de encontrar soluções concretas, viáveis, imediatas.

É inegável: em quanto dependia dele mesmo, o Congresso foi o que devia e queria ser.

Mas, feito o Congresso, está tudo por fazer! O Congresso passou, foram 4 dias. O que permanece é a Universidade — esta Universidade deficiente e em crise, que é preciso completar e corrigir. Afirmaram-se princípios, apontaram-se caminhos. Importa e urge que esses princípios se insiram agora na realidade da nossa vida universitária e que esses caminhos sejam trilhados.

Acaso, nada disso depende da acção individual de cada um de nós? Pelo contrário, tudo depende de todos! Para que a Universidade possa renovar-se não se requerem apenas leis, ou iniciativas do corpo docente. Exige-se também a criação de um ambiente intelectual verdadeiramente universitário e um esforço persistente e firme de renovação do próprio estudante. Para que o primeiro se crie, urge que cada um de nós, estude, aprofunde, afirme continuamente em palavras e obras o ideal de Universidade que agora possuímos. E isto é já dizer que cada estudante tem de iniciar a reforma da Universidade pela reforma de si mesmo como universitário. Se a Universidade é formadora de um escol, o universitário deve compreender que não é próprio do escol estudar simplesmente para «passar» e muito menos usar de meios ilícitos, por exemplo para vencer num exame. Se a Universidade é incompreensível sem Cultura, o universitário deve saber aproveitar o seu tempo livre, as suas férias, os seus ócios, para cultivar-se. Se a Universidade tem um sentido social que não realiza, deve o universitário realizá-lo em si mesmo, procurando informar-se, esclarecer-se, orientar-se. E em tudo o mais, assim.

Se cada um de nós quiser, de facto, ser um autêntico universitário, inevitavelmente a Universidade acabará também por ser uma autêntica Universidade. Àvante, pois!

Conclusões e votos do

«O I Congresso Nacional da Juventude Universitária Católica, organizado pelas Direcções Gerais da J. U. C. e da J. U. C. F. e reunido em Lisboa, nos dias 15 a 19 de Abril de 1953, sob a alta presidência do Eminentíssimo Cardeal Patriarca, com o patrocínio do Venerando Episcopado Português, de S. Ex.^a o Ministro da Educação Nacional e dos Reitores da Universidade, e com a participação de professores e de cerca de 2.000 estudantes dos três centros universitários do país,

- tendo presentes as grandes linhas do pensamento católico sobre a natureza e os fins da Universidade, tais como constam dos documentos do Magistério e das actas e conclusões dos Congressos Mundiais da «Pax Romana»;
- considerando atentamente a história da mesma Instituição, em particular os fins que se tem atribuído ao longo dos séculos, o papel que tem desempenhado no evoluir das sociedades e a sua posição em face da Igreja;
- e depois de cuidadosa observação do estado presente da Universidade em Portugal, através de inquéritos adequados e do testemunho concorde de professores e alunos;

ao concluir os seus trabalhos, proclama os princípios gerais e formula as orientações e os votos seguintes:

I — PRINCÍPIOS GERAIS

- 1 — A Universidade é uma instituição dedicada à preparação de futuros dirigentes da vida social, bem como à conservação, aprofundamento e irradiação do saber.
- 2 — No desempenho da sua missão, competem à Universidade as seguintes finalidades:
 - a) desenvolver a personalidade intelectual dos estudantes;
 - b) formar nos universitários o sentido da responsabilidade, em relação simultaneamente a si próprio, à sociedade e a Deus;
 - c) fornecer aos jovens que não de conduzir a vida social os fundamentos de uma cultura superior, que lhes abra o espírito ao desejo da verdade e a uma visão ordenada e unitária do Universo;
 - d) criar uma mentalidade científica, apoiada em sólidos hábitos de reflexão crítica e de trabalho;
 - e) preparar, quer no plano técnico, quer no plano deontológico, os seus alunos para o exercício de uma profissão.
- 3 — A Universidade incumbe ainda a missão de orientar superiormente a vida da sociedade humana, promovendo o seu progresso e evolução pacífica, dentro de cada nação e no âmbito mais largo da comunidade internacional. Em ordem a este objectivo, compete-lhe:
 - a) estudar as necessidades actuais do país e procurar-lhes as soluções tecnicamente mais adequadas e doutrináriamente mais sãs;
 - b) ser foco de irradiação de valores culturais autênticos e de novas direcções de vida para os homens;
 - c) contribuir decisivamente para a eliminação das diferenciações sociais injustas, adoptando ela própria e propondo à comunidade a que pertence critérios de selecção dos melhores valores, que não se baseiem em considerações de ordem económica ou em razões de classe;
 - d) trabalhar pela aproximação entre os povos, tomando consciência da acção profunda que é chamada a desempenhar no campo internacional, através do intercâmbio para o progresso da ciência e da expansão dos mais altos princípios da cultura.
- 4 — A Universidade tem carácter nitidamente institucional, constituída como é pela comunidade de professores e alunos, existente em vista de fins comuns, detentora de uma autoridade e servida por órgãos incumbidos do seu exercício.
- 5 — A Universidade realizará tanto mais completamente a pluralidade dos seus fins quanto mais intensa for a sua vida institucional e apertados os laços entre as Faculdades que a compõem, e quanto melhor nela se integrem todas as actividades e organizações de mestres e alunos que tendem a assegurar o cumprimento da sua missão formativa e de irradiação cultural.
- 6 — Condição indispensável de uma fecunda vida institucional da Universidade é a sua au-

tonomia, a que ela tem especial direito pelas suas origens e pela sua missão.

- 7 — A autonomia universitária deve ir tão longe quanto o consentirem as exigências do bem-comum nacional, cabendo ao Estado a salvaguarda desse bem-comum.
- 8 — A Universidade só poderá cumprir os fins que se lhe atribuem e desempenhar-se das responsabilidades que se lhe reconhecem, na medida em que respeitar o conceito integral da vida humana, na sua dupla dimensão temporal e eterna. Qualquer que seja a disciplina a que o estudante se consagre, tem a Universidade de dar-lhe, como proclamou «Pax Romana» no seu XXII Congresso Mundial, «uma visão do homem e das coisas em que a verdadeira escala dos valores seja garantida e que, ao mesmo tempo, seja bastante firme para resistir a todas as tentações ideológicas que o podem seduzir e suficientemente maleável para acolher e integrar todos os progressos e todas as criações autênticas do espírito».
- 9 — As relações entre a Universidade e a Igreja devem favorecer-se o melhor e o mais rápido e, sempre possível, em virtude das benéficas consequências mútuas que daí resultam. Por um lado, só a Universidade pode fornecer à Igreja, na frase de Pio XII, «a base sólida de conhecimentos profanos experimentados», que a elaboração sempre renovada da Teologia reclama; por outro, só a Igreja pode assegurar à Universidade as condições indispensáveis para que esta realize, dentro dos quadros da verdade e num plano integralmente humano, a missão individual e social que lhe pertence.
- 10 — A Igreja tem o direito próprio e inviolável de ensinar, não só matérias eclesiásticas, mas, como diz o Código de Direito Canónico (cân. 1.375), «todo o género de disciplinas em todos os graus da cultura». Em consequência, assiste-lhe a liberdade de fundar e manter escolas próprias, inclusive universitárias, ainda que para o ensino de ciências puramente profanas.
- 11 — Não obstante a existência de escolas superiores próprias da Igreja, esta não pode desinteressar-se jamais da formação religiosa e moral dos estudantes que frequentam a Universidade laica, o que torna indispensável a sua presença educativa em toda a vida da instituição universitária.
- 12 — A Universidade Católica, apta como nenhuma outra, segundo a palavra do Sumo Pontífice Pio XII, a realizar «a síntese de todos os objectos do saber (...) até ao fecho da abóbada do edifício, acima mesmo de toda a ordem natural» e a construir «um corpo de doutrina ordenado, sólido e todo um ambiente de cultura especificamente católica» é uma necessidade instantânea dos nossos tempos e do nosso País.

II — ORIENTAÇÕES E VOTOS

Formação Cultural

- 1 — A instituição de um grupo de disciplinas culturais, intelectual e moralmente formativas, comuns às várias Faculdades e entre

as quais a Filosofia ocupa o primeiro lugar, é condição necessária para a realização dos fins da Universidade.

- 2 — Não há inconveniente, mas vantagem, em reduzir a chamada cultura geral científica, suprimindo certas cadeiras, cujo papel no respectivo plano de curso é discutível, em favor da criação de cadeiras de cultura.
- 3 — Em cada Escola Superior devem existir estudos ou cadeiras de síntese, em especial nos anos mais adiantados dos vários cursos.
- 4 — Constitui obrigação de cada professor universitário empenhar-se na formação cultural dos seus alunos; para isso, cumpre-lhe atender com cuidado especial aos capítulos da sua matéria com maiores implicações culturais (designadamente a História, a Metodologia e a Filosofia de cada Ciência), orientando nesse sentido os programas, bibliografias, lições e conversas com os estudantes, bem como as provas que a estes exige.
- 5 — A criação nas diversas Faculdades de pequenos cursos da respectiva especialidade sobre temas de ressonância cultural e abordados a partir de ângulos de visão com feição vincadamente formativa, cursos que seriam frequentados pelos estudantes mais adiantados das restantes Escolas Superiores, poderia constituir elemento importante para a elevação do nível cultural do universitário português.
- 6 — Não podem conseguir-se por completo os fins da educação universitária sem que os estudantes desempenhem um papel essencialmente activo, quer através de um contínuo esforço de aperfeiçoamento pessoal, quer através de realizações comunitárias.
- 7 — A Universidade não pode ficar indiferente perante os prejuízos que à cultura dos estudantes ocasiona actualmente o ensino secundário, cabendo-lhe desenvolver os estudos pedagógicos e cuidar da selecção e preparação dos professores do mesmo ensino.
- 8 — Toda a actividade cultural universitária só adquire valor autênticamente humano quando se integra numa concepção cristã do Mundo e do Homem. Compete aos católicos dar às Universidades neutras o sentido cristão que lhes falta e criar as condições que tornem possível o abandono definitivo da sua neutralidade.

Problemas Profissionais

- 9 — O problema da orientação profissional pré-universitária é de interesse primordial para a Universidade, a qual deve colaborar estreitamente com as escolas de grau médio e os institutos de orientação profissional na sua resolução. Compete em especial às organizações universitárias de estudantes procurar tornar conhecidas dos alunos do ensino médio as condições em que se desenvolve o ensino superior.
- 10 — Ponderada a missão própria da mulher na sociedade, entende-se que deve haver no ensino secundário uma formação particularmente intensa das estudantes em ordem ao

Congresso da J. U. C.

problema vocacional e a uma selecção e orientação criteriosa das futuras universitárias.

- 11 — Pode dizer-se que existe problema de orientação profissional enquanto o universitário não escolheu a sua carreira definitiva. Dentro da Universidade, cumpre essencialmente aos professores orientar os discípulos para os cursos e para as actividades que reconheçam ser-lhes mais adequados. Depois de concluído o curso, o universitário deveria poder contar com o auxílio de instituições que, estabelecendo a ligação entre a Profissão e a Escola, facilitassem a colocação dos diplomados e permitissem às várias actividades profissionais encontrar os melhores valores.
- 12 — O ensino especificamente profissional, embora supondo no estudante o desenvolvimento intelectual que lhe vem do contacto com os métodos e as técnicas da investigação, deve procurar extrair da Ciência apenas as bases teóricas indispensáveis ao exercício das profissões.
- 13 — É necessário aproximar estreitamente o ensino superior das exigências reais da profissão. Importa sobretudo, entre outras medidas oportunas, generalizar e aperfeiçoar o regime dos estágios, procurando que estes representem uma efectiva inserção na vida profissional, sem aliás perder o carácter de elemento integrante do próprio curso. Isto exige a colaboração de professores, que sendo simultaneamente bons pedagogos e especialistas experimentados no ramo em que se faz o estágio, possam orientar os tirocinantes e acompanhar de perto a evolução dos seus trabalhos.
- 14 — Devem estudar-se em todas as Escolas Superiores os problemas relativos à Deontologia e às Responsabilidades Sociais das respectivas profissões.
- 15 — A Universidade não deve abandonar os licenciados, mas ao contrário permanecer em ligação com eles, em especial pela realização de cursos de aperfeiçoamento e envio de indicações actualizadas sobre os problemas da respectiva profissão.

A Universidade e a Investigação Científica

- 16 — A Universidade deve procurar despertar vocações científicas, em ordem à formação de um escol de investigadores e ao desenvolvimento da Ciência. Para este fim, preconiza-se:
- que se garantam aos professores que pretendam dedicar-se exclusivamente à vida universitária condições económicas suficientes;
 - que se favoreça o desenvolvimento do regime de seminários de estudo, nomeadamente possibilitando a publicação de trabalhos neles realizados e reconhecendo aos alunos com manifesta vocação de investigadores a equivalência entre a actividade nos seminários e a frequência de certas cadeiras do quadro normal dos cursos.
- 17 — A semelhança do que se tem feito noutros países com ótimos resultados, sugere-se a criação entre nós de um Organismo que, em íntima colaboração com a Universidade, promova amplamente a investigação científica em Portugal.

Problemas de Estudo

- 18 — Dado que o fulcro da vida universitária não é o ensino mas a aprendizagem, uma boa organização pedagógica deve centrar-se no aluno; daí a necessidade:
- de personalizar os cursos, dando aos alunos, convenientemente orientados, uma certa liberdade na conformação dos seus

estudos, com a faculdade de escolher, onde isso for possível, as matérias que, agregadas ao núcleo das disciplinas obrigatórias, constituirão o seu curso pessoal;

- de permitir aos alunos colaborar nas decisões que directamente afectam os seus interesses escolares, designadamente quanto à elaboração de horários, pautas de exames, regulamentos dos serviços, etc.
- 18 — Reconhece-se a necessidade do exame de admissão, indispensável para seleccionar os candidatos à Universidade. Importa, porém, que, de mera verificação de escolaridade, ele se transforme em elemento que permita aferir com segurança a vocação universitária dos candidatos.
- 20 — É insuficiente o ensino baseado quase exclusivamente em preleções magistrais. Urge um sério esforço destinado a renovar os métodos do ensino universitário, pela estruturação em novos moldes das aulas teóricas e práticas, de modo a conseguir-se um contacto frequente e proveitoso entre professores e alunos.

Universidade e Sociedade

- 21 — A Universidade deve ser acessível a todos os jovens com aptidões para cursar o ensino superior, independentemente das suas disponibilidades financeiras. O meio normal de realizar este objectivo é a atribuição de bolsas e outros subsídios a estudantes.
- 22 — O regime das bolsas universitárias deve obedecer aos seguintes princípios:
- adequação do valor das bolsas às condições económicas individuais, tais como despesas com alojamento, alimentação e transporte e entre a localidade de origem e a cidade onde os estudantes frequentam os seus cursos;
 - revisão periódica do seu número, o qual deve desde já ser aumentado.
- 23 — Caso a situação económica do país não permita aumentar de modo suficiente o número de bolsas oficiais, deve esse regime ser completado por outras medidas, entre as quais se destaca e recomenda a concessão de empréstimos aos alunos mais necessitados e com um mínimo de aproveitamento escolar.
- 24 — Pelo exemplo de uma vida institucional impecável e pela elevação e nobreza da função crítica que continuamente exerce sobre a vida da comunidade nacional, a Universidade é chamada a cumprir uma importantíssima missão. Neste sentido, cabe aos católicos a responsabilidade maior.

Vida Institucional da Universidade

- 25 — Para o estabelecimento da verdadeira comunidade universitária não deve esperar-se tudo de uma simples reforma das estruturas legais. Importa previamente que os diversos elementos dessa comunidade se esforcem por criar o clima espiritual de colaboração e de confiança que permitirá o êxito das necessárias modificações a introduzir. Os católicos hão-de ser os primeiros a tomar consciência deste grave imperativo.
- 26 — No propósito de contribuir para uma expressão jurídica mais perfeita da unidade comunitária que deve existir entre todas as Escolas Superiores, propõe-se:
- que sejam unificadas, em Lisboa, as Universidades Clássica e Técnica;
 - que, pelo menos, o Curso de Arquitectura das Escolas de Belas Artes seja integrado na Universidade.
- 27 — Na sua forma actual, a Universidade não é mais que uma escola masculina em que

a mulher pode entrar livremente. Urge que seja transformada, atendendo-se, na fixação de cursos, programas e horários às exigências especiais da mulher e à particular natureza das tarefas para que a Universidade deve prepará-la.

- 28 — O problema da habitação dos estudantes deve ser considerado fundamental na vida universitária e assume entre nós uma acuidade que impõe a procura imediata de soluções. Para o resolver, é necessário não só olhar criteriosamente ao condicionalismo próprio de cada meio universitário, como sobretudo não esquecer tratar-se de um assunto que ultrapassa o âmbito das instalações materiais e se projecta no domínio da própria vida espiritual e moral dos estudantes.
- 29 — Convém acentuar as magníficas possibilidades que, neste aspecto, como noutros, oferecem os Colégios Universitários, cuja experiência tem dado os mais felizes resultados nos países que os adoptaram, pedindo-se que, em virtude da sua elevada função educativa, sejam dadas facilidades para o seu estabelecimento.
- 30 — Considera-se o desporto indispensável à educação integral do universitário, competindo às organizações de estudantes promovê-lo. As autoridades competentes devem auxiliar decididamente a criação das condições necessárias para o seu desenvolvimento, como sejam instalações, técnicos orientadores e disponibilidades de tempo.
- 31 — A Universidade, sobretudo através das organizações de estudantes, não pode alhear-se do problema da saúde escolar, devendo pelo menos oferecer aos seus alunos os recursos da medicina preventiva.

A Universidade e a Igreja

- 32 — É indispensável criar em Portugal uma Universidade Católica, com as Faculdades e Institutos que a Hierarquia houver por bem considerar necessários à defesa e ao desenvolvimento da cultura superior católica, que entre nós está longe de atingir a altura requerida pelas tradições cristãs do nosso país e pelas graves exigências da sociedade contemporânea.
- 33 — Independentemente da fundação de uma Universidade Católica, urge pôr termo à absoluta ausência de ensino religioso nas Universidades do Estado, quer pelo estabelecimento de cadeiras apropriadas sob a responsabilidade e direcção da Igreja, quer pelo apostolado dos mestres e alunos católicos.
- 34 — Dum modo especial, propõe-se a introdução imediata nos cursos professados nas Faculdades de Direito de uma cadeira de Direito Canónico.
- 35 — Compete aos Organismos Universitários da Acção Católica desenvolver nos seus filiados a consciência de que é sobretudo pela sua actividade esclarecida e perseverante que se afirmará nas Universidades do Estado a presença da Igreja e do pensamento católico.
- 36 — Para que a J. U. C. e a J. U. C. F. possam cumprir mais perfeitamente a sua missão de apostolado intelectual, devem criar tão cedo quanto possível uma editorial universitária católica.

Voto final

- 37 — A partir dos princípios gerais, orientações e votos anteriormente expressos, bem como de todos os trabalhos do Congresso, devem as Direcções Gerais da JUC e da JUCF elaborar, no mais breve lapso de tempo, as «Bases cristãs de uma Universidade nova» a apresentar ao Governo da Nação e às autoridades universitárias.

ACTUALIDADE! EFICÁCIA!

PALAVRAS DE SUA EMINÊNCIA O SR. CARDEAL PATRIARCA DE LISBOA NA SESSÃO DE ENCERRAMENTO DO CONGRESSO

Na inesquecível sessão de encerramento do Congresso, Sua Eminência o Sr. Cardeal Patriarca de Lisboa pronunciou a seguinte oração, coroamento em apoteose de todos os trabalhos:

Abriu magnificamente este Congresso. Encerra-se gloriosamente. Pode considerar-se um acontecimento histórico na vida nacional.

Há mais estrelas no céu, desde que ele se inaugurou.

Há mais estrelas no céu, pelos horizontes que vós ganhais de esperança.

Benditos sejam os que trouxeram esta alegria à terra cristã portuguesa.

Reuniram-se aqui nestes dias, professores e alunos, tratando-se de problemas universitários à luz dos princípios cristãos.

E esta reunião é já um prenúncio dessa Universidade nova de que tanto se falou nesta corporação de professores e alunos durante este Congresso: todos nós nos felicitamos com isso.

Foi notada neste Congresso a ausência, na instituição universitária, d'Aquele que tem a palavra da vida eterna. E por isso se reconheceu que a luz saída da Universidade beneficia a fé cristã, beneficia a ciência, beneficia a cultura, mas por virtude dela não beneficia aquilo que importa ao homem dela conhecer para ser homem.

Muitas perguntas são postas à inteligência e aos corações humanos, mas só uma é necessária: o que somos, de onde vimos, para onde vamos?

Todo o sentido da nossa vida depende da resposta a estas perguntas, e a nossa Universidade não a sabe dar.

Atravessamos um momento único da História do Mundo. Foram pronunciadas na nossa vida as grandes blasfêmias: Deus morreu, a Igreja é a prisão do espírito e dos corações humanos; Deus morreu!

Mas em toda a parte, onde Ele morreu, morreu o homem, e em vez d'Ele surgiu o escravo, surgiram multidões de escravos, com fochos fumegantes na mão a incendiar o mundo inteiro. Prisão do espírito e do coração humanos! Mas a Igreja, desde há dois milênios que é o refúgio dos maiores espíritos da humanidade, que nela encontraram a resposta aos segredos escondidos a toda a investigação científica, a toda a investigação filosófica.

Desde há dois mil anos, ela inspirou as almas mais belas, mais heróicas, mais santas, que são a honra, que são a glória, que são o resgate da nossa espécie.

Há dois mil anos que ela canta

com alegria matinal a inocência, canta a mocidade pura, heróica, canta a idade adulta, triunfante do amor, triunfante da luta, triunfante da morte.

A Igreja canta, enche o mundo de alegria, enche o mundo de esperança.

É certo que alguns ainda nos nossos dias temem que lhe tenha faltado adaptação e eficácia para as tarefas criadoras.

Actualidade! Eficácia! Quereis outra prova, srs. professores, senhoras e senhores, da actualidade e da eficácia da acção da Igreja, que esta bela e gloriosa mocidade?

Que é que ilumina de claridade, de pureza, de esperança e alegria os seus olhos? Digo eu a vós:

Quem é que vos ensinou o segredo do sentido da vossa vida? E a vida vale a pena viver-se.

Que é, no fim, senão colaboração com o Criador e com o Redentor, na obra da emancipação humana, na glorificação de Deus? Quem vos ensinou que o bem era bem, que o mal era mal e que, para realizar o bem é bom, é glorioso, é melhor dar a vida? Quem foi que vos ensinou a vós a dominar as paixões? Sei que sois brônco e o mundo fez para dividir-vos, rompendo esta harmonia que é toda a edificação do homem sobre os instintos dominados e elevados à realização duma ordem maior, a ordem na verdade, a ordem na harmonia, a ordem na beleza, a ordem na bondade, esta outra realidade que só a consciência entrevê, que não vê o microscópio, que não mede a balança. Quem foi? Quem foi que vos ensinou a vós assim a caminhar no mundo, triunfadores das forças inconscientes mas furiosas, cantando uma esperança de reconstrução, de libertação, de enobrecimento? Quem foi senão a Igreja?

Queridos universitários católicos:

Eu devo terminar e queria dizer-vos agora palavras ardentes, palavras como aquelas línguas de fogo que caíram no Cenáculo, na manhã de Pentecostes, palavras que entrassem em vós, que vos inflammassem, que vos tornassem luminosos, para que fôsseis na nossa terra luzes acesas de redenção.

Queria dizer-vos palavras assim, que vos transfigurassem à imagem d'Aquele cujo ideal vós aqui viestes confessar. Ideal? Ideal? Sim! Mas nós, cristãos, podemos afirmar que o nosso ideal não é uma abstracção, não é uma aspiração generosa de coração ardente.

O nosso ideal é uma pessoa, o nosso ideal é uma realidade viva, o nos-

so ideal é Nosso Senhor Jesus Cristo, é o Homem-Deus, é Aquele em quem se realiza a plenitude humana. Mas Cristo, tirado à Igreja, é um Cristo morto, é um Cristo que não é criador, que não é redentor, que não é salvador.

Universitários católicos:

Levais convosco Cristo, mas um Cristo vivo, e Cristo vivo em vós é Ele iluminando no fulgor da vossa inteligência; é Ele conquistando, no calor do vosso coração, calor que o Espírito Santo nele põe. Não sabeis vós que o Espírito Santo está no coração de todo o cristão que está em graça? Não sabeis vós que todo o cristão é um temp'lo vivo de Deus? Não sabeis que a Santíssima Trindade habita no vosso peito?

Universitários católicos:

Cristo vive em vós no fulgor da vossa fé, no calor do vosso coração, nesta redenção já operada na vida cristã que a mantém na verdade, na vida, no amor, que é uma vida na justiça, que é uma vida na beleza, que é uma vida na liberdade, liberdade de filhos de Deus, dominadores seguros do universo. Tudo foi criado para nós, como ensinava, numa das suas meditações, Santo Inácio de Loiola, tudo foi criado para nós, filhos de Deus.

Tomo o exemplo de uma vida assim cristã, que é já uma redenção. Foi já há anos; falava também a estudantes, em Coimbra, em lugar por onde me ficou tanto do coração, e lembro-me desta vez que tinha evocado um exemplo do pai do Conde de Montalembert, que era jovem como vós. Na sua fronte, luz de inteligência, nos seus olhos, cântico de pureza, nas suas atitudes todo um testemunho de dignidade.

E naquele coração, um ardor como o vosso, de não guardar só para ele o tesouro de luz, o tesouro de caridade, o tesouro de paz, o tesouro de bem-aventurança que ele trazia como católico.

O pai sentia o direito de irrecusável respeito diante daquele filho. Era de outra época; era filho do século dezoito, do século crítico, do século frívolo, do século céptico, mas diante daquele rapaz, juventude em flor, juventude gloriosa, conta o biógrafo, que quando entrava no seu gabinete, sem querer o pai se levantava.

Srs. Professores, Srs. Arcebispos e Bispos de Portugal, Senhoras e Senhores: convido-vos também a levantar-vos, para saudar, para louvar, para acclamar, estes briosos, estes numerosos, estes heróicos rapazes e raparigas católicos.